

A. I. N° - 020086.0012/03-7
AUTUADO - DILAZE PATRICIA AMORIM GONÇALVES
AUTUANTE - NEWTON PEREIRA FIDELIS
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
INTERNET - 02/06/03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0186-01/03

EMENTA: ICMS. ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES. ESTOQUE FINAL. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O autuado efetuou o recolhimento do tributo, atendendo a intimação para pagamento do imposto sem a imposição da multa por infração, ou seja, em data anterior a lavratura do Auto de Infração. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 24/03/03, exige imposto no valor de R\$344,51, por ter deixado de recolher o ICMS relativo as mercadorias constantes do estoque final, quando do encerramento das atividades, estando devidamente escriturado o livro Registro de Inventário. Não recolheu o imposto relativo ao estoque final no ato do pedido de baixa, tampouco após intimação neste sentido, conforme documento anexo.

O autuado, às fls. 30 e 31, apresentou defesa alegando que foi recolhido o imposto, com base nos estoques no valor de R\$2.026,51, acrescido da MVA de 20%, que totalizou uma base de cálculo no total de R\$2.431,82, que calculado o percentual de 1% corresponde ao ICMS a recolher no valor de R\$24,33, conforme DAE em anexo.

Argumentou, ainda, que os dados foram baseados na DME de baixa e no livro Registro de Inventário apresentado na SEFAZ.

Concluiu requerendo que seja desconsiderado o Auto de Infração, isentando o autuado do pagamento da multa por infração.

O autuante, à fl. 35, informou que o Auto de Infração foi lavrado atribuindo a situação normal à empresa, no entanto, tendo sido pago na forma do art. 408-A, diferente da intimada. Esclareceu ser favorável ao julgamento pela procedência em parte, na forma como foi pago.

VOTO

Analisando as peças constitutivas do presente processo, verifico que foi exigido ICMS, sobre o estoque final, quando do encerramento das atividades do estabelecimento autuado, considerando a alíquota de 17% para determinação do imposto devido.

No Auto de Infração consta que não tendo, o sujeito passivo, atendido a intimação para pagamento do imposto, sem a imposição da multa, o mesmo foi exigido mediante o presente lançamento tributário.

Ocorre, entretanto, que à fl. 6 do PAF consta intimação com ciência do recebimento, pelo autuado, em 12/03/03, comunicando-lhe do prazo de 10 dias para pagamento do débito de ICMS

apurado na operação fiscal de baixa, sem a imposição das multas legais cabíveis, em consonância com o disposto no RPAF/99 e, que o não atendimento incorreria na lavratura de Auto de Infração. No dia 27/03/03, o autuado foi notificado da ciência do presente Auto de Infração lavrado em 24/03/03.

No entanto, na sua impugnação, o defendente anexou, à fl. 32, cópia reprográfica do DAE de recolhimento do imposto, efetuado no mesmo dia da intimação, ou seja, em 12/03/03, com base no dispositivo regulamentar, precisamente, no art. 408-A, § 2º, II, “a”, do RICMS/97, que estabelece o seguinte:

Art. 408-A. A exclusão da inscrição cadastral de microempresa, empresa de pequeno porte e ambulante, em decorrência de pedido de baixa ou de cancelamento de ofício, dar-se-á na forma dos arts. 166 a 172.

§ 2º. O ICMS devido sobre o estoque final:

II – quanto à parcela de mercadorias adquiridas depois do enquadramento, serão adicionadas, ao valor desta, as respectivas Margens de Valor Agregado, previstas nos anexos 88 e 89, de acordo com o tipo de mercadoria e sobre o valor resultante:

a) tratando-se de microempresa, será aplicado, conforme o caso, um dos percentuais abaixo:

1 - receita bruta ajustada até R\$30.000,00: 1% (um por cento)

2 – receita bruta ajustada entre R\$30.000,00 e R\$60.000,00: 1% (um por cento).

De acordo com o Anexo 89, a margem de valor agregado, é de 20%, que foi adotado pelo autuado. Desta forma, para se determinar o valor da base para o cálculo do imposto a ser exigido, multiplica-se o valor do estoque final pela MVA estabelecida, no caso, de 20%. Como o autuado indicou, ao solicitar a baixa de sua inscrição, o valor do estoque existente naquela data e, através das informações colhidas na DME/2003, identificou-se o valor do estoque na quantia de R\$2.026,51, aplicando a margem de 20%, resultou o valor de R\$2.431,82. Sobre o valor encontrado aplicou-se o percentual de 1% previsto nas disposições regulamentares acima transcritas, apurando-se o valor do imposto recolhido em relação aos estoques existentes, na quantia de R\$24,33, conforme se verifica da cópia reprográfica do DAE, à fl. 32 dos autos.

Assim, ficou comprovado no PAF que o impugnante no prazo da intimação para o pagamento do imposto sem a imposição da multa, efetuou o recolhimento do imposto pelo valor efetivamente devido e corretamente calculado, descabendo a exigência do tributo, mediante ação fiscal.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 020086.0012/03-7, lavrado contra **DILAZE PATRÍCIA AMORIM GONÇALVES**.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de maio de 2003.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA